

Acabar com a corrupção, antes que ela acabe com o Brasil

O Partido dos Trabalhadores lançou no dia 11 de maio uma campanha nacional contra a corrupção. Foram apresentados à imprensa dois comerciais de televisão e outras peças publicitárias (cartazes, adesivos, outdoors, etc) para veiculação em todo país. O slogan “Xô Corrupção – uma campanha do PT e do povo brasileiro” deverá ser o mote das mobilizações e uma luta concreta de combate à falta de ética deste governo, que a cada novo escândalo vai se enredando cada vez mais em um teatro dos horrores: o país às escuras, o governo e grande parte da base aliada comprometida com mentiras e falcatuas imensas.

A campanha é uma resposta à manobra de abafa promovida pelo

governo contra a CPI da Corrupção. A campanha foi elaborada pelos publicitários Duda Mendonça e João Santana.

A criação da campanha e o programa nacional de TV custarão ao partido cerca de R\$ 280 mil. O Diretório Nacional do PT está mantendo contato com os diretórios regionais para viabilizar a campanha nos Estados.

Os comerciais de TV foram exibidos em Minas a partir do dia 14, e em seguida nas inserções dos demais Estados. Também foram veiculados em todos os programas estaduais de 20 minutos que foram ao ar em 28 de maio, nas inserções nacionais que iniciam em 14 de junho e no programa nacional previsto para o dia 21 de junho.



UMA CAMPANHA DO PT E DO POVO BRASILEIRO

PT

notícias

JORNAL DO DIRETORIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PT

ANO V Nº 104 - De 13 a 27 de junho/2001

LEITANTESSIN



Mobilização de 27 de junho quer repertir a Marcha dos 100 mil, ocorrida em 1999.

27 de junho: marcha contra o apagão e a corrupção!

O Partido dos Trabalhadores, em conjunto com partidos e movimentos sociais que integram o Fórum Nacional de Luta por Terra, Trabalho e Cidadania e Soberania, além de outras entidades da sociedade civil como a OAB e CNBB, está organizando caravanas para participar da Marcha a Brasília contra o apagão e a corrupção, no próximo dia 27 de junho.

O PT discutiu a participação na Marcha durante a reunião extraordinária da Comissão Executiva Nacional realizada no dia 31 de maio, em Brasília, que contou com a presença de membros dos governos estaduais, prefeituras das capitais, presidentes dos DR's, líderes das bancadas estaduais.

A reunião decidiu ampliar o debate em torno da Marcha para além da crise energética e da corrupção do governo FHC, mostrando a crítica do Partido ao modelo econômico e a necessidade de um novo governo para o país.

A comissão de mobilização da Marcha, reunida no dia 6 de junho, definiu que a manifestação atingirá vários pontos da capital federal, culmi-

nando com ato de protesto em frente ao Congresso Nacional.

Segundo o deputado Henrique Fontana (PT-RS), representante do Partido na comissão de mobilização, a CUT-DF vai definir o roteiro do ato, mas haverá passeatas pela cidade com um encontro na Esplanada dos Ministérios, para a caminhada até o local do ato público. “Será uma grande manifestação de crítica à política do governo que nos levou ao racionamento de energia e contra a operação abafa para impedir a investigação da corrupção que tomou conta do país”, afirmou Fontana.

CPI da Corrupção

Os partidos de oposição avisaram que não desistiram da CPI da Corrupção no Congresso. “Continuamos a coletar assinaturas e sabemos que só a pressão popular poderá forçar os parlamentares a apoiar o pedido de CPI”, ressaltou. Fontana disse ainda que no PT a mobilização popular para a Marcha é a ação mais importante neste momento. “O PT de cada muni-

cípio deverá garantir ônibus para que seus militantes possam vir a Brasília participar do protesto”, orientou. Ele acrescentou que para a mobilização nacional, tanto os partidos políticos como as entidades da sociedade civil e sindicatos irão realizar atos locais.

Além de Fontana, participaram da reunião de oposição pelo PT o presidente nacional do partido, deputado José Dirceu (SP), e líder na Câmara, Walter Pinheiro (BA). O encontro contou também com lideranças do PDT, PSB, PCdoB, PPS e PL.

Mobilização nacional

As reuniões de organização da Marcha estão sendo agendas pelas CUT Estaduais ou pelos Fóruns Estaduais de Luta que já estão estruturados. Os Estados devem dar retorno dos resultados destas reuniões e onde não existem reuniões agendadas, há uma proposta do coordenador Nacional de Mobilização do DN, Flávio Jorge, para que os DRs e DMs se articulem com as CUT Estaduais e tomem a iniciativa de agendá-las.

PT apresenta proposta para superação da crise energética

O PT apresentou, no dia 31 de maio, as suas propostas para a superação da crise energética. São nove medidas a curto prazo e treze para serem executadas a médio e longo prazo.

A primeira medida apresentada pelo PT visa substituir a Câmara de Gestão da crise, criada pelo governo, por uma Câmara Setorial de Energia com participação de trabalhadores, empresários, entidades de defesa dos consumidores, representantes do Congresso Nacional e do governo. O PT defende ainda a criação de mecanismos eficazes de participação e controle pela sociedade sobre as medidas adotadas para superar a crise de energia.

O PT sugere a imediata suspensão de todo o processo de privatização e reestruturação do setor de energia ainda em curso e a utilização das empresas públicas como instrumento de superação da crise. Sugere-se ainda a suspensão do Mercado Atacadista de Energia (MAE), o tabelamento das tarifas de energia para impedir o aumento de preços e os cortes, baixas alíquotas de importação de geradores elétricos e aumento nos créditos do BNDES para a aquisição de geradores e produção de usinas hidrelétricas e termelétricas.

A longo prazo, entre as propostas do PT está a retomada pela Eletrobrás do seu papel de planejador, investidor e financiador do setor elétrico. A eliminação das restrições da política do governo que impedem os investimentos e a captação de recursos pelas empresas elétricas estatais. E ainda que a Aneel dê transparência sobre as margens de lucro, remessas de recursos ao

exterior e investimento das empresas elétricas privadas do país.

O partido sugere também que se restabeleça o ordenamento e a coordenação do setor elétrico “hoje caótico”, com a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), ONS (Operador Nacional do Sistema), MAE, Eletrobrás, as empresas federais e estaduais e as concessionárias privadas para “reconstruir um sistema de planejamento compatível com as características do setor elétrico brasileiro”.

Os petistas também querem que o governo acelere as construções das usinas termelétricas a gás, hoje restritas à iniciativa da Petrobras e que estabeleça mecanismos de participação e controle pela sociedade sobre as medidas adotadas para a superação da crise de energia.

As propostas do PT são a resposta do partido à acusação do presidente Fernando Henrique de que “a oposição não tem propostas”, feita durante discurso na convenção nacional do PSDB, no dia 19 de maio.



Governo sem luz: em junho de 2000 seminário já alertava para crise energética.

Recursos usados na ‘operação abafa’

Dados colhidos pelo deputado João Paulo Cunha (PT-SP) no Siafi (Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro) demonstram que o governo utilizou recursos das emendas de parlamentares no Orçamento para negociar a derrubada da CPI da Corrupção. Em uma das secretarias, o valor liberado de 4 a 11 de maio é 3,8 vezes maior que o registrado de janeiro a abril.

Só pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedu), órgão diretamente vinculado à Presidência da República, foram liberados R\$ 70

milhões desde 4 de maio até as 18 horas do dia 11 de maio. Do início de 2001 até o dia 4, porém, o movimento foi bem menor, de R\$ 18 milhões.

Esses valores são relativos à programação de emendas referente aos restos a pagar de 1999 e 2000, que totalizam R\$ 600 milhões. O montante está contido no orçamento de programas sociais da Caixa Econômica Federal, onde se concentra o maior número de emendas. O dinheiro é gerenciado pela CEF e liberado pela Sedu.

“Coincidentemente alguns desses recursos foram objeto de emendas de

deputados que retiraram suas assinaturas do requerimento da CPI”, denuncia João Paulo. O parlamentar acredita que o dinheiro foi destinado também para os deputados que não assinaram o pedido de investigações sobre corrupção no governo.

O deputado apurou ainda que o Ministério da Integração Nacional liberou no dia 9, data da saída do ministro Fernando Bezerra, R\$ 9,9 milhões em emendas e projetos genéricos. Estes projetos não possuem destinação específica, ou seja, o Ministério negocia.

Não respeitam a própria assinatura	
São os seguintes os 20 parlamentares que recuaram no apoio à CPI da Corrupção:	
Ariston Andrade (PFL-BA)	Luciano Bivar (PSL-PE)
Augusto Nardes (PPB-RS)	Luisinho (PST-RJ)
Cornélio Ribeiro (PSB-RJ)	Luiz Moreira (PFL-BA)
Dino Fernandes (PSDB-RJ)	Oliveira Filho (PL-PR)
Eujácio Simões (PL-BA)	Oswaldo Biolchi (PMDB-RS)
João Eduardo Dado (PMDB-SP)	Oswaldo Reis (PMDB-TO)
José Aleksandro (PSL-AC)	Paulo Magalhães (PFL-BA)
José Egydio (PL-RJ)	Paulo Marinho (PFL-MA)
José Índio (PMDB-SP)	Robério Araujo (PL-RR)
Josué Bengtson (PTB-PA)	Ursicino Queiroz (PFL-BA)

RECADADO



Na democracia, situação e oposição promovem o debate político, de idéias e constróem a nação. FHC e integrantes de seu governo, no entanto, têm demonstrado dificuldades em conviver com a pluralidade, tentando desqualificar o debate político, fazendo ao PT ataques gratuitos e descabidos, que beiram o ridículo.

FHC telefonou para a jornalista Tereza Cruvinel, de “O Globo” e desabafou: está “magoado”. Talvez seja mesmo difícil para o Presidente suportar a imprensa divulgando tantas denúncias de corrupção em seu governo, como os desvios de dinheiro da Sudam, da Sudene e do DNER; os casos Marka-FonteCindam e Eduardo Jorge, além das sucessivas operações-abafa, com as escandalosas liberações de verbas documentadas nos jornais, que ele chama de “luta política legítima”.

FHC vai mais longe, xinga a oposição de golpista, fala em descrédito das instituições e insinua que a democracia está em perigo, como o ministro Pedro Malan, da Fazenda, que vive falando em “instabilidade”.

Eu poderia priorizar este espaço para afirmar, uma vez mais, que o PT quer sim renegociar de forma soberana a dívida externa, que consideramos insana a política econômica do governo de ajuste fiscal permanente imposta pelo FMI e que, “moratória” da dívida tem estado mesmo é no discurso do Malan. Mais importante, no

O que leva à instabilidade

entanto, é que Malan precisa perder o péssimo hábito de falar mal da oposição no Exterior, porque isso é antipatriótico, antidemocrático e até “pega mal” para um governo que, diga-se de passagem, é alvo de tantas denúncias graves e que colocou o Brasil a bordo de uma crise institucional.

FHC e Malan tentam isentar o governo da responsabilidade que lhe cabe, porque o que levou o País à instabilidade foram os erros da política econômica que eles dirigem. Aliás vale o registro de que a situação estaria melhor se o ministro tivesse acatado algumas sugestões do PT, como o controle cambial no momento adequado.

O que levou o País à instabilidade foi a irresponsável sobrevalorização da moeda brasileira até o amargo fim, a máxidesvalorização de janeiro de 1999; foi o brutal aumento das importações e a ausência de política industrial e tecnológica, inviabilizando vários setores da indústria brasileira; foi a privatização e venda de estatais brasileiras, como as de energia e telecomunicações, às empresas estrangeiras que operam em dólares, mas sem gerar dólares. O que levou o País à instabilidade foi a política econômica de FHC que promoveu o abandono da agricultura e a quebra da capacidade exportadora brasileira, que dolarizou um terço da dívida pública interna, que dobrou a dívida externa brasileira e ampliou dramaticamente o passivo externo líquido brasileiro, hoje de 400 bilhões de dólares.

O governo FHC sustentou uma política no País sob o pretexto de que, nesses oito anos, teríamos um desenvolvimento econômico. E estão aí as altas dos juros e do dólar.

Sustentou que, depois de quatro anos, iria entregar aos brasileiros e brasileiras um país menos desigual, mas a realidade

é outra. No Brasil, hoje, 40% dos brasileiros – os mais pobres – detém 8% da renda nacional enquanto que os 10% - mais ricos – se apropriam de 47,5%. Em 1990, a participação do trabalho na renda nacional era de 45%, hoje, é de 37%. Já a participação do capital que era de 33%, hoje, é de 41%. Os níveis de desemprego e pobreza cresceram acompanhados pela escalada da violência.

Falaram em um país com costumes políticos éticos e uma legislação política eleitoral moderna. E o que vemos? A decomposição ética e moral de um governo que afunda no mar de lama da corrupção.

Afirmaram que colocariam o Brasil no conceito das nações como país respeitado, com voz soberana no cenário internacional, quando os indicadores demonstram o esgotamento de um modelo neoliberal de uma fragilidade cambial que continua expondo o Brasil à instabilidade econômica e financeira internacional, associada a uma profunda vulnerabilidade fiscal, que restringe a margem de manobra de uma política econômica que vêm impondo taxas medíocres de crescimento econômico ao País.

E agora esta vergonhosa crise energética, que é pura incompetência, fruto do desmonte do Estado e de uma política privatista irrestrita, acompanhada pela precariedade das políticas de regulação e falta dos investimentos necessários. Resultado: um quadro de racionamento de energia com consequências terríveis imediatas na economia e no emprego.

Ora, são esses os elementos que os banqueiros internacionais utilizam para avaliar a vulnerabilidade externa de uma economia, sua capacidade de manter os pagamentos em dólares da sua dívida

externa. O Brasil está vulnerável do ponto de vista externo e, por isso, sofreu dramaticamente com as crises do México, Hong Kong, Coréia, Rússia e, hoje, treme com as crises Argentina e Turca e com a desaceleração da economia norte-americana - constatação das próprias atas do COPOM. E estando vulnerável, acabou de elevar as taxas de juros: é a “lógica” da política do governo FHC.

O Brasil hoje é vulnerável, sim. Atestam isso os bancos internacionais em seus relatórios e as empresas de “rating” do risco Brasil. E quem construiu diligentemente essa vulnerabilidade não foi a oposição, que ainda não é governo.

O que aprofunda a fragilização da imagem externa brasileira e leva à crise institucional é a corrupção. Aliás, sobre isso, Malan faz afirmação que soa “pitoresca”. Ele recomenda “administração responsável do dinheiro público” aos postulantes ao governo. Aí o PT tem uma comprovada experiência nas cidades e Estados que governa, aprovada por vasta parcela da população brasileira, com projetos sociais reconhecidos e administrações democráticas e éticas. Já, levando-se em conta os vários casos de suspeita de irregularidades, como os já citados, não se pode indicar o governo do PSDB como um exemplo de gestão responsável com o dinheiro público.

A verdade nua e crua é que a sociedade quer mudar de rumo e de governo, não aceita mais este modo de governar. O Brasil precisa, portanto, de uma revolução ética, de outro modelo econômico e de reformas sociais e políticas que distribuam a renda, a terra e a riqueza, que dêem aos cidadãos justiça e democracia, além do bem estar social.

José Dirceu, presidente nacional do PT e deputado federal.

INTERNACIONAL



Lições do Oriente

Terminamos no final de maio nossa visita de doze dias à China, visitando Pequim, a capital, Xian, no centro do país, e Xangai, no sul. Eu e uma comitiva de autoridades do PT viajamos a convite do governo chinês e do Partido Comunista do país.

Tínhamos dois objetivos principais com essa viagem, e ambos foram plenamente alcançados. Primeiro, estreitar os laços e fortalecer as relações do PT com o governo e o Partido Comunista Chinês. Segundo, conhecer mais de perto o processo de desenvolvimento que está acontecendo naquele país e que tem empolgado o mundo. Estou convencido de que muitas lições podem ser extraídas da experiência chinesa por parte de políticos e administradores públicos de países em desenvolvimento como o Brasil.

Terminamos a jornada em Xangai, que é hoje a maior e a mais moderna vitrine da nova China. Três importantes visitas que fizemos nessa cidade ilustram os pontos que mais nos chamaram a atenção.

Primeiramente, a siderúrgica Baosteel (*Baoshan Iron Steel*), uma das maiores e mais modernas do mundo. O complexo da usina é uma verdadeira cidade dentro de Xangai. Localizada a 26 km do centro, tem toda a infra-estrutura, inclusive um porto próprio. Suas operações começaram em 1985, mas o projeto vem desde 1978 – significativamente, junto com o processo de abertura econômica.

A produção anual é de 11,4 milhões de toneladas. O aço, destinado principalmente à indústria automobilística e eletrônica doméstica, assim como à construção civil, é produzido a partir de matéria-prima australiana e brasileira. Todos os anos são importados mais de cinco milhões de toneladas de minérios do nosso país. Parece bastante, mas nossas exportações para a China poderiam ser bem mais significativas que o atual.

Visitamos também Pudong, região que é o novo foco de desenvolvimento em Xangai. Ocupa uma área de 533 km² e tem uma população fixa de 1,6 milhão de habitantes. Há menos de dez anos, era uma região camponesa. Hoje representa o futuro, concentrando a maior parte dos investimentos estrangeiros na região e um Produto Interno Bruto de quase 100 bilhões de yuans (cerca de 12,5 bilhões de dólares). O conjunto arquitetônico é impressionante e se equipara aos mais modernos do mundo.

A Prefeitura de Xangai impressionou-nos sobretudo pela capacidade demonstrada de planejamento urbano e, lado a lado com a pujança de Pudong, sintetiza, de uma certa forma, o modelo chinês. Ali, dados do passado, do presente e do futuro estão facilmente disponíveis para qualquer interessado. Uma enorme sala é ocupada exclusivamente por uma maquete gigante de toda a cidade, com partes móveis, indicando todas as principais transformações que estão projetadas para os próximos 20 anos. Ou seja, o destino da cidade é definido em função do interesse público, não do privado.

Xangai é cidade irmã de São Paulo. Não há dúvida de que é possível estreitar os laços entre ambas e favorecer o intercâmbio e a troca de experiências. Temos muito a aprender.

Resumindo, o que nós observamos é uma verdadeira revolução no desenvolvimento. Penso que, poucas vezes na história recente da humanidade, um país cresceu tão rapidamente como a China vem crescendo nos últimos anos.

A maior lição dessa viagem é, sem dúvida, o exemplo de como a China está se inserindo na globalização. Está aberta para o mundo, incentiva ao máximo os investimentos externos, deseja entrar para a Organização Mundial do Comércio, mas faz tudo isso sem abrir mão de sua soberania. Na China, o Estado não se esquia da responsabilidade de ser o planejador, o definidor das prioridades para o país, defensor número 1 dos interesses do seu povo e da nação.

Era isso o que deveria ter acontecido no Brasil nesses últimos anos: uma inserção responsável e soberana no plano internacional. E, se depender do PT, é o que ainda vai acontecer dentro em breve no nosso país.

Luiz Inácio Lula da Silva,
conselheiro do Instituto Cidadania

Para dissipar as trevas tucanas

O governo FHC ainda não acabou, mas seu modelo econômico está esgotado, já cumpriu seus objetivos: dilapidou o patrimônio público; deixou a economia mais vulnerável, quase sempre à beira de um ataque de nervos cambiais; presidiu o período mais medíocre de crescimento do PIB, 2,1%, contra 7% da taxa histórica de crescimento; praticou o mais cruel arrocho salarial de que se tem notícia; patrocinou desastres simbólicos como a nau capitânea à deriva nas comemorações dos 500 anos, ou a ameaça da seleção não se classificar para Copa do Mundo de 2002, e tragédias bem concretas, como o naufrágio da plataforma P-36. Agora, para coroar esta vasta obra de demolição, FHC lança o país numa fase de trevas, através de um apagão anunciado, provocado pela privatização do setor elétrico e pela falta de investimentos no setor. Essa obra de demolição, para sua cabal realização, requeria um ambiente de degradação moral sem precedentes em um país cujos padrões de moralidade nunca estiveram entre os mais brilhantes do mundo.

Os tucanos não se furtaram à tarefa, realizaram-na com um perfeccionismo requintado. Não só propiciaram o



surgimento de um mar de lama em torno do governo, materializado em sucessivos escândalos, como o socorro aos bancos Marka e FonteCidam, na institucionalização de antros de corrupção como Sudam, Sudene e DNER, na rumorosa privatização do sistema Telebrás, envolvendo telegangues, na expressão de um tucano de alta plumagem e em dezenas de outros escândalos. Mas o requinte se manifestou quando os tucanos mobilizaram um filósofo para justificar a imoralidade. Ou seja, com os tucanos é outra história. A corrupção vem com uma embalagem teórica de alto luxo. E as sucessivas “operações abafa” são realizadas por meio de novos atos de corrupção,

criando assim uma espécie de moto-perpétuo do trambique, uma contribuição do governo FHC ao desenvolvimento da tecnologia de ponta da corrupção.

Apesar dos desastres, os tucanos não perdem a pose. Com uma invejável desenvoltura acusam a oposição de golpismo e de pendoros fascistas. E se mostram cada vez mais inconformados com a liberdade de imprensa. Não levam em consideração o fato de que muitas das denúncias divulgadas são feitas por políticos da base do governo. Quando chamam as oposições de fascistas procuram lustrar uma imagem de democratas que não bate com a realidade. Com efeito, FHC não somente governa

através de uma enxurrada de Medidas Provisórias, que esterilizam o Legislativo, mas é apoiado por forças que sustentaram a ditadura, e deu seu apoio a um terceiro mandato para Alberto Fujimori, obtido como resultado de uma eleição fraudada.

Esse quadro de crise energética e de degradação moral contém ingredientes suficientes para desencadear uma crise institucional e o primeiro responsável por esta crise é FHC, cujo empenho em impedir a investigação de dezenas de escândalos só pode lançar descrédito nas instituições democráticas, enfraquecendo-as e criando as condições para soluções de força. Às oposições interessa a defesa e a ampliação da democracia, a vitória de um projeto alternativo à barbárie neoliberal está ao alcance do povo. Para tanto, impõe-se a mais enérgica mobilização da sociedade pela ética na política e pela adoção de um projeto econômico que permita a retomada do crescimento com distribuição de renda, dissipando assim as trevas da era tucana, para lançar o país numa fase de prosperidade.

Walter Pinheiro, deputado federal (BA), é líder do PT na Câmara dos Deputados.

PTnotícias	
ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES	
PRESIDENTE NACIONAL DO PT José Dirceu	APOIO ADMINISTRATIVO Ana Troccoli
SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO Ozeas Duarte	ILUSTRAÇÕES Vicente Mendonça
JORNALISTA RESPONSÁVEL Fernanda Estima - MTb 25075	SEDE Rua Silveira Martins, 132, São Paulo, SP, CEP 01019-000 Tel.: (011) 233-1313 Fax: (011) 233-1349 E-mail: ptnot@pt.org.br Página na internet: www.pt.org.br
REDAÇÃO Rosana Ramos, Fernanda Estima, Walter Venturini e Claudio Cezar Xavier	Tiragem: 12.000 exemplares Fotolitos e impressão: Artpress
DIAGRAMAÇÃO Cláudio Gonzalez	

NACIONAL

PT buscará meios para cassação de Arruda e ACM

Em reunião da Executiva Nacional, ocorrida no dia 31 de maio, em Brasília, o PT decidiu que vai buscar saídas jurídicas e regimentais para dar continuidade ao processo de cassação dos ex-senadores Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (ex-líder de FHC), envolvidos na fraude do painel do Senado. Segundo o presidente nacional do PT, deputado federal José Dirceu (SP), o Conselho de Ética constatou a quebra de decoro parlamentar, “portanto o processo, independentemente da renúncia, deve continuar e culminar com a perda dos direitos políticos”, afirmou. “O processo dos dois senadores já está em andamento”, ressaltou. José Dirceu lamentou ainda que no Senado a tramitação do processo de cassação não siga os mesmos trâmites da Câmara. “Regimentalmente no Senado tem a ida ao Conselho de Ética, o que não acontece na Câmara, mas vamos buscar as medidas legais para dar continuidade

ao processo”, enfatizou. José Dirceu lembrou que é de sua autoria a emenda constitucional que proíbe a renúncia depois de iniciado o processo de cassação. A lei que estendeu aos parlamentares a perda dos direitos políticos por oito anos em caso de cassação de mandato também é de autoria petista. Antes da lei proposta pelo deputado federal petista Tilden Santiago (MG), a penalidade era restrita ao presidente da República. A punição para senadores e deputados era de três anos. O presidente do PT anunciou também que a Executiva reafirmou que o atual presidente do Congresso Nacional, senador Jader Barbalho (PMDB-PA), não tem condições de presidir a Casa enquanto pairar sobre ele denúncias de envolvimento em desvio de dinheiro público na Sudam e no Banpará. “Vamos continuar buscando os meios legais para apurar as acusações seja por meio do Ministério Público ou pela CPI da Corrupção.”

PT desafia pefelistas
“ACM diz que nós não queremos investigar Jader, mas basta que os dois senadores ligados a ele assinem a CPI da Corrupção”. O desafio foi feito por Dirceu. Os senadores Waldeck Ornellas e Paulo Souto, ambos do PFL da Bahia e ligados ao ex-senador Antônio Carlos Magalhães, o ACM, não assinaram a proposta de CPI, que precisa de apenas mais uma assinatura para ser instalada. José Dirceu diz que o PT e seu líder no Senado, José Eduardo Dutra (SE), foram durante todo o tempo a ponta de lança no processo de investigação de corrupção no Senado, seja contra ACM, seja contra Jader Barbalho (PMDB-PA). “O José Eduardo é que tem lutado pela CPI da Corrupção. O PT é que deu entrada no processo de investigação do painel eletrônico e que pediu a peritagem que identificou a violação. Foi o José Eduardo que lutou para que fosse aberta a votação que resultou na renúncia dos

senadores José Roberto Arruda (ex-líder do governo FHC) e ACM”, enumerou a lista de iniciativas do Partido e do líder petista no Senado para averiguar todas as irregularidades. O presidente do PT elogiou a atitude de José Eduardo Dutra de pedir a reabertura do processo sobre a violação do painel eletrônico no Senado. “Ele fez bem em pedir a reabertura, assim como a reabertura do processo no Ministério Público”, falou José Dirceu. As iniciativas não param por aí. As bancadas do PT no Senado e na Câmara estão discutindo a melhor forma de fechar o cerco contra Jader, seja com a CPI da Corrupção no Senado, seja pela proposta de CPI da Sudam, na Câmara, pedida pelo deputado federal João Batista Babá (PT-PA).

Dutra quer desarquivamento
O líder do Bloco de Oposição no Senado, José Eduardo Dutra (PT-SE), solicitou no dia 11 de junho ao Conselho de Ética o desarquivamento

do processo que apurou a violação do painel eletrônico. Dutra também solicitou ao Ministério Público que apure as denúncias publicadas pela *IstoÉ*, de que teria participado da violação do painel. O senador pretende que o Senado se manifeste o mais rápido possível, “para que não pare a suspeita sobre a minha cabeça”. Dutra concedeu entrevista coletiva. Estava acompanhado do presidente nacional do PT e do líder petista na Câmara, Walter Pinheiro (BA). Os senadores Jefferson Peres (PDT-AM) e Tião Viana (PT-AC) foram à coletiva prestar solidariedade a Dutra. A matéria da *IstoÉ*, segundo Dutra, não tem consistência. “Essas fontes anônimas que alimentaram a matéria querem jogar o PT na vala comum da corrupção”. O líder estranhou também que essa acusação contra ele não tenha aparecido durante o processo contra os senadores Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto

Arruda (ex-líder de FHC). “Não vou entrar em polêmica com fantasmas, com quem se utilizou da clandestinidade para fazer essas acusações”, completou, referindo-se às fontes em off da matéria. Dutra lembrou que foi ele, juntamente com Walter Pinheiro, que encaminhou o pedido de apuração do episódio do painel, logo que surgiu a primeira denúncia a respeito. Lembrou ainda que a auditoria externa no painel, feita pela Unicamp, foi fruto de solicitação dele, de Pinheiro e da senadora Heloísa Helena (PT-AL) ao presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA). “Quando os técnicos da Unicamp constataram que houve a violação, relatei ao Conselho as conversas com os senadores José Roberto Arruda e Antônio Carlos Magalhães e conclamei os outros colegas que também contassem publicamente o que ouviram, pois naquele momento ficou comprovado que as conversas não eram lenda”, disse Dutra.

Agricultores elegem maior corrupto do país

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) anunciou no dia 6 de junho os resultados da “eleição” do maior corrupto brasileiro: Fernando Henrique Cardoso foi eleito com 11.143 votos (81%), seguido por Antônio Carlos Magalhães, com 1.210 (8,8%), Jader Barbalho, 517 votos (3,7%) e o governador do DF, Joaquim Roriz, com 495 votos (3,6%). Ente os dez mais aparecem ainda o juiz Nicolau, Collor, Arruda e Maluf. Foram contados 13.850 votos de Brasília e de outros Estados. A contagem, entretanto, ainda é parcial, visto que alguns Estados

ainda não enviaram seus resultados. A eleição foi feita em tom de protesto contra a corrupção. De acordo com as lideranças da Contag, os mais de R\$ 20 bilhões desviados poderiam ter sido aplicados na melhoria da qualidade de vida da população rural do país. Cinco mil trabalhadores rurais acampados em Brasília fizeram uma passeata pela Esplanada dos Ministérios até o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Lá, foi instalada uma porteira, por onde cem trabalhadores passaram, um a um, para receber, das mãos

de um “carteiro”, um envelope contendo terra, que era rasgado e jogado no chão em frente ao Ministério. Em seguida, o portão foi derrubado e pisoteado pelos trabalhadores rurais. A “solenidade” foi um protesto contra a orientação do governo federal para que os interessados em receber terras da reforma agrária fizessem o cadastramento pelos Correios. O governo veiculou uma peça publicitária incentivando o cadastramento onde se pergunta “pra que pular a cerca se a porteira está aberta”. Os trabalhadores instalaram uma faixa com os

dizeres: “A porteira de FHC é pequena para 4 milhões de trabalhadores sem terra”. Segundo o presidente da Contag, Manoel dos Santos, a verdadeira intenção do governo federal, ao criar o cadastro, era a de enfraquecer os movimentos sociais que lutam pela terra, responsáveis pela organização dos trabalhadores rurais em sua exigência por terras. “O governo mentiu quando disse que ia assentar todos os trabalhadores cadastrados e aprovados em 120 dias, e, agora, já está dizendo que não era bem isto, que o cadastro é para fazer um planejamento”, disse Manoel.

Corrupção no coração do governo

“A denúncia da Veja ataca o coração do governo e a medula do PSDB”. A avaliação é do vice-presidente nacional do PT, deputado federal José Genoino sobre um dos últimos escândalos do governo. Para Genoino, o empenho do presidente FHC em nomear uma das principais envolvidas no escândalo, Teresa Grossi, como membro do Conselho do Banco Central (BC), é gravíssimo e deverá ser uma das questões a ser levantadas pela oposição. “Não foi apenas uma operação-abafa do rombo do Marka, mas um empenho pessoal dele”, disse Genoino sobre o papel exercido por FHC após a divulgação do tratamento preferencial dado pelo BC ao banco Marka, do então banqueiro Salvatore Cacciola, atualmente foragido na Itália. No dia 19 de maio, a revista *Veja* divulgou que o ex-presidente do BC, Chico Lopes vendia informações privilegiadas a participantes do mercado. Cacciola conseguiu comprar do Banco Central dólares a preços bem abaixo do mercado, o que provocou grandes prejuízos aos cofres públicos. A revista revelou que

Cacciola conseguiu a fazer a compra a preços irreais ao ameaçar Chico Lopes com gravações privilegiadas. Teresa Grossi, então chefe interina do Departamento de Fiscalização do BC, pediu à Bolsa de Mercados & Futuros (BM&F) uma carta para justificar o socorro ao banco Marka. A carta chegou às 17h30 do dia 15 de janeiro de 1999, no mesmo dia em que o BC abandonou os tetos para o dólar e quando as cotações dispararam. No entanto, foi forjado um recibo da carta da BM&F para o dia anterior, 14. Teresa Grossi foi depois nomeada diretora do BC com aprovação do Senado. O presidente FHC se empenhou pessoalmente para aprovar o nome de Teresa junto aos senadores. Genoino também questionou as declarações de FHC de que nada sabia sobre a venda de informações privilegiadas, feitas pelo então presidente do BC. “O FHC que não sabe de nada sobre o caso do BC é o mesmo que também coloca a culpa da crise energética no ministro das Minas e Energia. Este presidente está governando o quê? Se ele não sabia nada, então o Brasil está à deriva com FHC”, declarou.

Tucanos e pefelistas na ratoeira

O senador José Roberto Arruda (ex-líder de FHC) renunciou no dia 24 de maio a seu mandato, depois de a Comissão de Ética ter decidido encaminhar o relatório que recomenda sua cassação, pela votação de 10 votos a cinco. Arruda e o senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) estão envolvidos no escândalo de violação do painel de votação do Senado. Líder de FHC no Congresso de 1996 a 1999 e líder do governo no Senado de 1999 até este ano, Arruda foi um dos líderes da tropa de choque governista que abafou a criação de CPIs que pudessem atingir o governo - como a que investigaria o sistema financeiro, em 1996; a da compra de votos para aprovar a emenda da reeleição, em 1997; a que investigaria o grampo no BNDES, em 1999; e a do caso EJ, no ano passado.

Derrotado pelo Congresso
“Não aceito como legítima esta renúncia”, foi como a senadora petista Heloísa

Helena (AL) reagiu ao discurso de renúncia de Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). Para ela, a renúncia do senador representa a “covardia” diante do processo de investigação da Comissão de Ética. Heloísa comemorou a “derrota de ACM pelo Congresso, pela Comissão de Ética e pelo povo”. “Fico imaginando o significado desta renúncia para alguém tão poderoso, cheio de vaidade e arrogância”, disse a senadora petista, atacada durante todo o processo de investigação por ACM, que sugeria que o voto da senadora teria sido contra a cassação de Luiz Estêvão (PMDB-DF). “Esta renúncia é a punição pelo festival de cinismo, mentira e dissimulação que marcou este processo”, avaliou a petista. **Repetitivo**
“Mais do que criticar o governo, o objetivo de ACM foi atacar a instituição Senado”, declarou o líder do PT no Senado, José Eduardo

Dutra (SE). O parlamentar petista analisa o discurso de renúncia de Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), comparando-o com o discurso do ex-senador Luiz Estêvão (PMDB-DF) quando de sua cassação. “Quando ACM se propõe a dar uma aula de ética e decoro parlamentar ao Senado, seu discurso chega às raíais do espetáculo circense”, ironizou Dutra, considerando que o tom do discurso esteve voltado para as eleições do ano que vem na Bahia. **Pouco tapete para muita sujeira - os episódios sem investigação:**
Senado e do Congresso Nacional nos últimos quatro anos e atinge diretamente o governo e a própria pessoa do presidente da República; foi gravada e está em poder do Ministério Público; retoma o caso Eduardo Jorge e a privatização do sistema Telebrás; atinge o núcleo da coligação, ao acusar de corrupção o atual presidente do Congresso Nacional, ministros do PMDB e o líder deste partido na Câmara dos Deputados. **Maio de 2001** - Fernando Bezerra, então ministro da Integração Nacional, é acusado de envolvimento em escândalo de desvio de recursos da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). A *Metais Seridó S.A.* (Metasa), empresa que foi de propriedade de Bezerra, recebeu R\$ 6,6 milhões da Sudene, sendo que dos 98,9% recebidos, somente 44% da verba foram aplicados.



CURTAS

Próxima CEN define prévia

O PT irá definir na próxima reunião da Executiva Nacional o calendário e os critérios para as prévias que vão definir o candidato do PT à presidência da República.

Por enquanto, três pessoas deverão participar das prévias: o senador Eduardo Suplicy (SP), o prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, e o dirigente petista Luiz Inácio Lula da Silva, “embora até o

momento Lula ainda não tenha decidido se quer disputar o cargo”, ressaltou o presidente do PT, José Dirceu.

Dirceu antecipou que as prévias poderão acontecer junto com a eleição direta para a escolha do novo presidente do partido, em 16 de setembro, ou nas duas primeiras semanas de outubro, simultaneamente com os encontros municipais do partido.

Diretórios promovem mutirão de Carteiras de Filiação

A Secretaria Nacional de Organização (Sorg) lançou mutirão nacional para regularização dos Cadastros dos Filiados às Eleições Diretas do PT, que ocorrem em 16 de setembro. O mutirão tem o objetivo de solucionar o problema de cadastros encaminhados com erros, além de adiantar o cadastramento de 250 mil filiados. O mutirão nacional depende do envolvimento dos membros dos Diretórios Estaduais e dos Diretórios Municipais.

Segundo a Sorg, o desafio do mutirão é a emissão de 220 mil novas carteiras, já que a previsão de votantes está em torno de 340 mil filiados e somente 113 mil já têm as suas carteiras em mãos. Outro problema a ser enfrentado pelo Núcleo de Carteiras do PT é a regularização de 6.479 cadastros que estão aguardando correção do número do Título de Eleitor.

Os Diretórios Estaduais com maior necessidade de envolvimento no mutirão são Mato Grosso, Ceará,

Distrito Federal e Pará, que enviaram menos de 20% dos cadastros, em relação à previsão de votos. Os Estados de Rondônia, Rio Grande do Sul e Amapá são os que enviaram, proporcionalmente, maior quantidade de cadastros: mais de 60% em relação à previsão de votos no Estado. Os Estados com maior índice de erros de cadastro são o Distrito Federal e Minas Gerais, com mais de 10% de cadastros enviados com erros, e com menor índice estão Rondônia, Sergipe e Ceará, com menos de 2,5% de cadastros com erros.



PARTIDO

PT realiza eleição direta

Pela primeira vez na história partidária brasileira, filiados poderão escolher seus dirigentes por meio do voto direto.

contribuições poderão votar. A eleição também escolherá os delegados para os encontros municipais. Na eleição direta, a tese da chapa majoritária passará a ser o texto base para o encontro.

Chapas

Foram inscritos seis nomes para disputar a presidência nacional do PT: José Dirceu; José Fortunatti; Júlio

Quadros; Markus Sokol; Raul Pont e Tilden Santiago. As chapas registradas para o Diretório Nacional são Um Outro Brasil é Possível; Democracia, Solidariedade e Luta; Socialismo ou Barbárie; Que o Partido Cumpra o Mandato; Um Novo Mundo é Possível, Um Novo Brasil é Urgente!; Movimento e Por Um Socialismo Democrático.

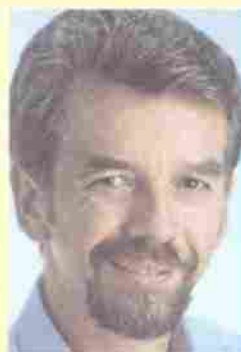
A Comissão Eleitoral está providenciando publicação específica com a íntegra das teses e chapas inscritas. Por enquanto, todas essas informações estão disponibilizadas no Portal do PT www.pt.org.br

O PT Notícias, em suas próximas edições, fará cobertura completa do processo eleitoral do Partido, apresentando aos leitores entrevistas com os candidatos, suas propostas e projetos, notícias da campanha, calendário de debates e todas informações referentes ao pleito.

CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DO PT (em ordem alfabética)



JOSÉ DIRCEU
Atual presidente, deputado federal



JOSÉ FORTUNATTI
Vereador de Porto Alegre



JÚLIO QUADROS
Presidente do PT do Rio Grande do Sul



MARKUS SOKOL
Membro da Direção Nacional do PT

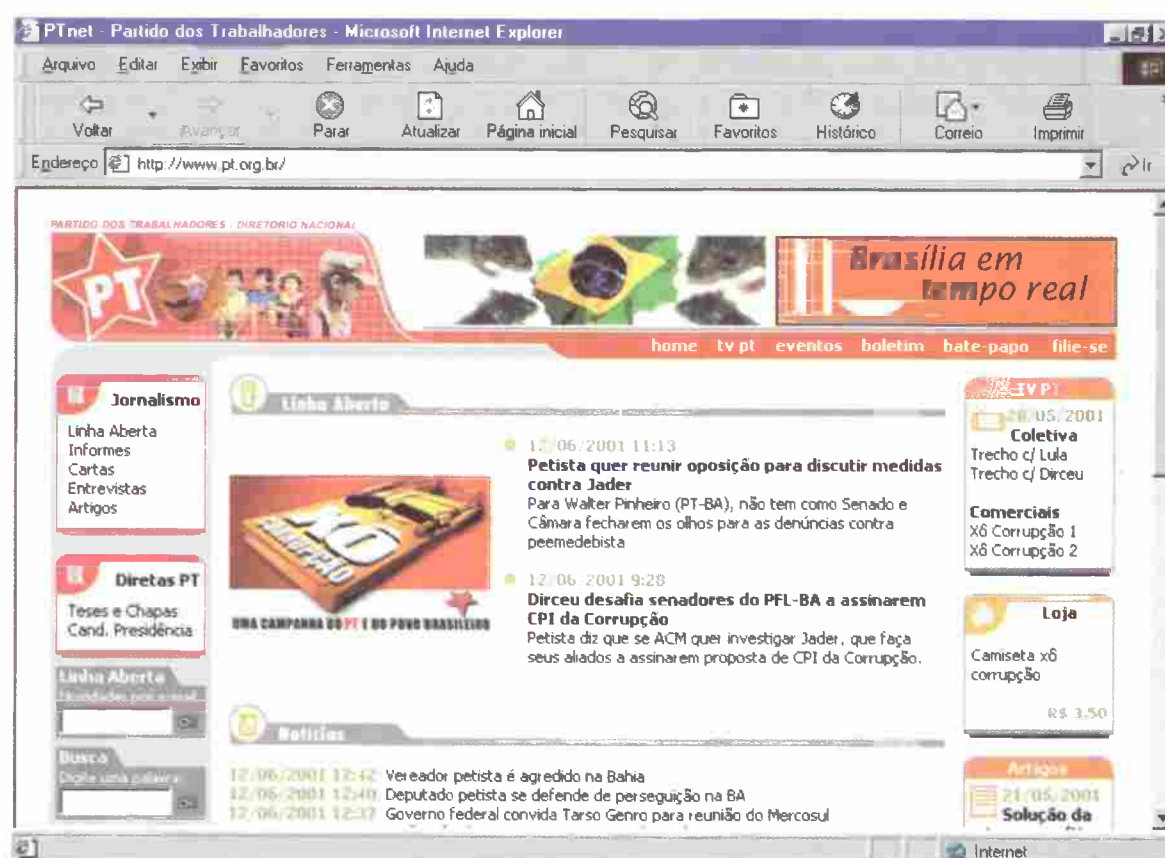


RAUL PONT
Ex-prefeito de Porto Alegre



TILDEN SANTIAGO
Deputado federal (PT/MG)

Portal do PT traz multimídia e maior interatividade



Entrou no ar na segunda-feira, dia 28, o Portal do PT. O endereço eletrônico www.pt.org.br passa a ter nova aparência, maior interatividade e recursos multimídia, dinamizando o conteúdo do noticiário em ‘tempo real’, além de agilizar e facilitar a navegação.

O novo lay-out mantém a identidade visual do PT, dando leveza à distribuição de cores e organização de notícias e ‘links’, para facilitar a navegação do internauta. A Agência de Notícias passa a contar com imagens fotográficas e deve disponibilizar arquivos de

imagens em vídeo e de som para o usuário baixar em seu computador pessoal (download), além de campanhas para televisão.

O Portal passa a ser o mais importante endereço eletrônico de partido na Internet, pela preocupação com a disponibilização de notícias, entrevistas, artigos, banco de dados e arquivos para ‘download’. Outros sites partidários costumam ter um caráter mais institucional, com atualização mais demorada.

O site do PT lançado em 1991, já continha documentos históricos do partido e em 1992 já inovava ao disponibilizar com

atualização diária, o boletim Linha Aberta. O Portal passa a atender novas necessidades dos internautas em geral e dos petistas e dirigentes, com o aprimoramento da comunicação com o partido.

A interatividade deve aumentar no site com o desenvolvimento de enquetes, murais, ‘chats’ e agilização de correio eletrônico. Outra novidade em desenvolvimento é a ideia de um ‘hotsite’, com um caráter mais institucional, contendo material específico sobre a memória e propostas do partido nestes 21 anos de história petista.

A Intranet é uma

importante inovação que deve entrar em funcionamento assim que for regularizado o cadastro de usuários. Outra necessidade para seu perfeito aproveitamento é a própria informatização do partido, ou seja, o acesso de todos os Diretórios Municipais e Estaduais à Internet. Esta ferramenta proporciona o acesso de um público interno a banco de dados restrito, via uso de senha, aprimorando a comunicação entre os Diretórios.



PT em rede nacional

ASSISTA AO PROGRAMA NACIONAL DO PARTIDO
Dia 21 de junho, das 20h30 às 20h50, na TV, e das 20 às 20h20 no Rádio. As inserções nacionais vão ao ar nos dias 14, 16, 19, 21, 23, 26, 28 e 30 de junho.



O PT Notícias é o jornal quinzenal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. A partir de agora, algumas notícias e matérias da última edição serão disponibilizadas no Portal do PT.

No site, os internautas terão uma pequena amostra da edição do jornal, já que o mesmo é distribuído por meio de assinatura anual.

PARA FAZER A SUA ASSINATURA:

Assinatura anual: R\$ 50,00

- ☐ 1) **Cheque nominal** à Editora Fundação Perseu Abramo.
☐ 2) **Depósito bancário** nominal à Editora Fundação Perseu Abramo: Banco do Brasil C/C 2241-1 Agência 3323-5 (Enviar junto com o cupom preenchido cópia do comprovante de depósito)
☐ 3) **Cobrança bancária.**
☐ 4) **Cartão de crédito:**
☐ Visa ☐ Mastercard ☐ Diners
 Número do cartão: _____
 Data de validade: ____/____/____

☐ **Sim, eu quero assinar o PT Notícias**

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel. _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino

Filiado ao PT: ☐ Sim ☐ Não

Departamento de Assinaturas da Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana – 04117-091 – São Paulo – SP
Tel.: (11)5571-4299 Ramal 44 - Fax: (11)5571-0910